
Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais na China*

Alexandre César Cunha Leite e Jéssica Cristina Resende Máximo*****

Introdução

Desde a publicação do provocativo artigo de Stanley Hoffmann (1977) – “An American Social Science: International Relations”,

* Artigo recebido em 12 de novembro de 2012 e aprovado para publicação em 2 de julho de 2013. O presente artigo é resultado de dois anos de pesquisa a respeito da construção de teoria de relações internacionais em outros Estados e regiões. Percebe-se que tais construções são apoiadas em bases distintas da então hegemonia ocidental e, mais detidamente, estadunidense. O trabalho de pesquisa permanece, contudo, via extensão geográfica das bases analisadas e pela incorporação de novos cenários, correntes ideológicas e orientações teóricas particulares de outros locais de enunciação que não seguem à risca o bloco teórico construído pelo Ocidente.

** Doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor adjunto do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB) e pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais (NEPDA/UEPB) e do Núcleo de Estudos em Economia Política do Imperialismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: alexcccleite@gmail.com.

*** Mestranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), jovem embaixadora do Cone Sul (2007) e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ásia-Pacífico da Universidade Estadual da Paraíba (GEPAP/UEPB). E-mail: jessimaximo@gmail.com.

CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho 2013, p. 231-259.

231

que proclamava ser o campo acadêmico de Relações Internacionais (RI) uma ciência social estadunidense –, várias análises sobre o alcance global das RI têm sido levadas a cabo (ALKER; BIERSTEKER, 1984; HOLSTI, 1985; KRIPPENDORF, 1987). Os estudos mais recentes do tema, que procuram avaliar a diversidade de autores e de abordagens teóricas no campo, mostram que a maioria dos periódicos da área, da autoria dos trabalhos publicados e das teorias utilizadas é de origem estadunidense e possui um arcabouço intelectual “ocidental”¹ (WÆVER, 1998; SMITH, 2000, 2002; CRAWFORD; JARVIS, 2001; WÆVER; TICKNER, 2009). Nesse sentido, a ausência de autores de outras regiões do mundo tem impulsionado a busca pelo conhecimento da produção no campo em outros espaços e sob outras visões de mundo (BUZAN; ACHARYA, 2007; WÆVER; TICKNER, 2009; BLANEY; TICKNER, 2012).

Este artigo se insere neste movimento e procura apresentar o desenvolvimento do entendimento chinês sobre as relações internacionais desde 1949, quando do estabelecimento da República Popular da China, até os dias atuais. Busca-se identificar os aspectos e as características do entendimento chinês acerca deste campo por meio de um exame bibliográfico crítico de obras sobre o desenvolvimento dos estudos de RI na China e de obras chinesas sobre as relações internacionais. Dessa forma, este exame pretende identificar as fontes e características da produção de conhecimento sobre as relações internacionais na China (academia, *think tanks* e governo) e como esta produção se relaciona com o campo de estudo das Relações Internacionais em outras partes do mundo (no que se refere tanto às abordagens teóricas utilizadas e de temas de interesse pesquisados, quanto ao intercâmbio de intelectuais e investimentos institucionais entre a China e o mundo intelectual de RI).

Utiliza-se, para tal análise, uma aplicação do modelo de integração entre a sociologia da ciência e as Relações Internacionais, apresentado por Wæver (1998).² Ao aplicar este modelo, procura-se examinar

**Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo
sobre o Campo das Relações Internacionais...**

não somente as ideias sobre as relações internacionais na China, como também os contextos intelectual, político, econômico e social nos quais as ideias sobre os modos chineses de viver e conhecer o “internacional” tiveram fruto. Para tal, subdivide-se este trabalho em três partes que tentam compreender o estado do campo de RI na China em períodos distintos de sua evolução: a primeira parte aborda um período de introdução ao estudo de RI na China contemporânea e de construção de departamentos de pesquisa e instituições especializadas; a segunda apresenta um momento de reformulação da abordagem teórica e do encontro da academia Chinesa com o então *mainstream*³ no campo; e, finalmente, o período de estimulação na produção de teorias de RI e do início de uma construção teórica mais autônoma e independente.

**Estabelecimento
Institucional e Abordagem
Socialista/Marxista**

Apesar de a ciência política ser desenvolvida pelos chineses desde a era imperial (NOESSELT, 2012), o estudo de RI tem uma história bem recente na China, datando da época do estabelecimento da República Popular da China, em 1949 (XINNING, 2001; QIN, 2007; WANG, 2009). O novo sistema de governo instaurado não somente possibilitou este desenvolvimento, como mudou a vida dos chineses de várias maneiras. Após anos turbulentos de guerra civil, a agricultura foi coletivizada, começou-se a industrialização do país e estabeleceram-se novas leis de conduta civil e política. Esta nova realidade se conjugava com a promessa de que o socialismo traria paz e desenvolvimento para o povo chinês, tendo Mao Zedong como o líder supremo que guiaria a China neste novo começo (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). No entanto, ainda que esta liderança fosse progressista, a doutrina do Partido Comunista era influenciada por antigas tradições chinesas, como o confucionismo e o legalismo – mes-

mo na época da revolução, quando o confucionismo foi considerado como a causa do atraso chinês (DOMINGUES, 2010).

Quando a China se estabeleceu como um novo Estado, os governantes procuraram preparar diplomatas e pessoal especializado para buscar o reconhecimento da China no mundo e também para representá-la oficialmente (WANG, 2009, p. 104). Para entender o ambiente internacional “hostil” que a Guerra Fria implicava para o Estado socialista recém-formado, “na reunião inaugural do Ministério das Relações Exteriores em 1949, o então primeiro-ministro Zhou Enlai convocou a comunidade epistêmica chinesa para o estabelecimento de uma disciplina de RI” (GEERAERTS; JING, 2001, p. 253).⁴ Nesse sentido, pode-se entender que, na medida em que o novo Estado surgiu, sentiu-se que a lógica das relações internacionais deveria ser compreendida para que o mesmo pudesse orientar as suas relações diplomáticas. Desta maneira, entre 1953 e 1963, o novo governo montou os primeiros departamentos e institutos relacionados a RI no país. Estes foram, conforme as suas designações em inglês, o Foreign Affairs College, o Institute of International Politics e o Institute of International Relations. Estas instituições procuravam, principalmente, “satisfazer a necessidade imediata por talentos nos campos de segurança nacional e pública” (QIN, 2007, p. 315).

Após este período, entre 1964 e 1979 foram estabelecidos departamentos de política internacional nas três maiores universidades chinesas: de Beijing, de Renmin e de Fudan. Estes departamentos podem ser distintos por áreas de estudo: a Universidade de Beijing se concentraria no estudo de movimentos de libertação nacional; a Universidade de Renmin, no estudo de movimentos comunistas em todo o mundo; e a Universidade de Fudan, no estudo de RI no mundo “ocidental” (QIN, 2007). Esta diferenciação perdura até os dias atuais e segue o foco “geográfico” dos estudos de cada universidade, sendo que a Universidade de Beijing se concentra em estudos asiáticos e latino-americanos; a Universidade de Renmin, em estudos relaciona-

dos com a União Soviética e os países da Europa Oriental; e a Universidade de Fudan, nos Estados da Europa Ocidental e da América do Norte (WANG, 2009).

Ao mesmo tempo em que os departamentos de política internacional foram estabelecidos nas três principais universidades chinesas, em 1963 houve também a criação de dez institutos de pesquisa que trabalhavam sob o controle de uma série de agências governamentais – como o Ministério das Relações Exteriores e a New China News Agency –, que tiveram como maiores realizações a publicação de vários textos e periódicos e a tradução de obras de autores estrangeiros (XINNING, 2001, p. 62). Estes institutos teriam sido os primeiros *think tanks*⁵ chineses, alguns deles (como o Chinese Institute of International Studies [CIIS])⁶ figurando como os mais influentes na formulação da política externa chinesa atual (BONDIGUEL; KELLNER, 2010). Há, dessa forma, uma divisão de trabalho entre as diversas instituições chinesas relacionadas com RI que foram criadas nesse momento, na qual “o sistema universitário focava em educação e pesquisa; os institutos de pesquisa estavam sob o comando de ministérios focados em planejamento de políticas; e a Chinese Academy of Social Sciences (CASS) localizava-se no intermédio” (WANG, 2009, p. 105).

Nesse momento de introdução ao estudo de RI, no entanto, não houve preocupações com uma produção teórica profunda. A teorização chinesa no domínio de RI poderia ser entendida como “diretrizes para a ação prática, declarações políticas de regras e princípios a serem seguidos, e estratégias do governo para lidar com o mundo e outros atores” (QIN, 2007 p. 318). Os artigos publicados pelos jornais existentes na época eram bastante curtos e se concentravam em temas como “interpretação política, informações contextuais e descrição de eventos atuais” (QIN, 2007, p. 318). Nem mesmo os três novos departamentos de política internacional tinham “uma orientação disciplinar clara e tinham pouca consciência de desenvolver teoria de Re-

lações Internacionais (TRI) no sentido de um esquema ou sistema de ideias e declarações tidos como uma explicação ou narrativa de um grupo de fatos ou eventos” (QIN, 2007, p. 318-319).

Trabalhando em um Estado de orientação socialista, no qual o marxismo passa a ter influência não somente na política, mas na vida social e intelectual chinesa, os departamentos de política internacional das universidades chinesas buscavam estudar e interpretar os textos clássicos de líderes revolucionários. Os poucos autores “ocidentais” estudados eram analisados para “entender o inimigo ou como alvo de críticas” (QIN, 2007, p. 315). Neste contexto, o estudo de RI na China se dava da seguinte maneira:

No começo, os estudos de RI chineses focavam, primeiro, na promoção da superioridade do socialismo e na crítica da escuridão do capitalismo, especialmente suas tendências imperiais, e, segundo, na introdução de experiências da URSS e no estudo da história e atualidade do movimento internacional comunista e das revoluções ao redor do mundo. Este segundo foco envolvia a análise dos partidos comunistas em outros países, especialmente suas atitudes em relação à China, e o aprendizado de como desenvolver propaganda e contatos externos de maneira positiva e respeitosa (WANG, 2009, p. 104).

Seguindo essa lógica, os cursos universitários de RI e de política internacional “seriam somente para explicar as teorias marxistas de imperialismo, colonialismo, movimentos de libertação nacional, e guerra e paz” (XINNING, 2001, p. 63). Esses argumentos, em conjunto, demonstram a influência das estruturas políticas e econômicas em jogo na China quando o novo Estado socialista foi criado, período no qual esta sociedade recém-organizada buscou compreender as relações internacionais para, principalmente, guiar suas relações diplomáticas.

O interesse chinês no estudo de RI aumentou quando da deterioração das relações entre a China e a União Soviética e da emergência de conflitos entre os dois poderes socialistas, durante a década de 1960 (XINNING, 2001, p. 62). O início da divisão política entre a China e a União Soviética fez com que a China buscasse se libertar da influência ideológica e conceitual da URSS (GEERAERTS; JING, 2001, p. 253-254). Essa conjuntura fez com que os oficiais chineses se voltassem para o pensamento de que seu país era autossuficiente e que poderia trilhar seu caminho sozinho (DOMINGUES, 2010). Nesse contexto, em 1963, o premier Zhou Enlai mais uma vez evocaria a comunidade intelectual chinesa para fortalecer a pesquisa nacional em temas internacionais, o que resultou na “Decision on Strengthening Research of International Issues”, emitida pelo Comitê Central do Partido (GEERAERTS; JING, 2001, p. 254).

Todavia, mesmo havendo essas divergências entre a China e a União Soviética, o estudo de RI na China continuou sendo influenciado pelo “modelo soviético” e manteve as abordagens marxistas-leninistas. Entre a comunidade chinesa acadêmica de RI, a interpretação de fenômenos através da análise de classe e da teoria da contradição de Mao era muito comum. Neste sentido, “os estudos do Ocidente primordialmente envolviam esforços pelo entendimento dos sistemas políticos ocidentais. Se houvesse alguma TRI, os acadêmicos chineses baseavam-se no trabalho de russos ou citavam os clássicos do marxismo-leninismo” (WANG, 2009, p. 105).

Muitos estudiosos chineses consideram que este período não representa um momento importante ou relevante para o desenvolvimento acadêmico chinês em RI. Isto se deve ao fato de que não havia grande preocupação com uma construção teórica própria; devido à estreita ligação dos intelectuais com a ideologia socialista/marxista do governo e com suas práticas políticas, os trabalhos e pesquisas da época eram feitos como um guia para a política externa do governo. No entanto, cabe ressaltar que o conceito chinês de teoria tem sido de cons-

trução de conhecimento aplicável para instruir a prática, ou seja, teorias do tipo *problem-solving* que seriam usadas pelo governo para gerir as relações externas do país (GEERAERTS; JING, 2001). A prática da assessoria a príncipes e reis teria vindo da China Antiga, quando “intelectuais errantes” (sendo Confúcio um deles) viajavam ao redor da China para fornecer conselho aos governos.⁷ Como Zhang (2007) coloca, parafraseando Hoffmann (1977), com o Estado recém-criado, os estudiosos chineses de RI estavam ansiosos para fornecer ao seu governo novos conhecimentos aplicáveis sobre o mundo:

Os tomadores de decisão chineses estavam procurando por uma bússola intelectual para guiar sua formulação de política, para justificar suas decisões e racionalizar suas ações. Aquilo que os líderes buscavam os acadêmicos de RI estavam ansiosos para suprir com teorias *problem-solving*. A ascensão e o domínio de teorias *problem-solving* pareciam lógicos. De uma maneira rudimentar, “as trocas entre as cozinhas do poder e os salões acadêmicos” (Hoffmann, 1995: 226) começaram a ter forma na China (ZHANG, 2007, p. 8-9).

Os estudiosos e pesquisadores chineses passaram a se preocupar mais com reflexão e abstração teórica somente após o encontro com o conceito “ocidental”⁸ de teoria. No entanto, este encontro tem criado muitos debates dentro da academia chinesa, os quais serão tratados nas seções seguintes deste trabalho. É importante ressaltar, todavia, que este período marcou as bases institucionais do pensamento chinês contemporâneo em RI e as abordagens teóricas deste tempo estão profundamente enraizadas na academia chinesa, assim como nas formas contemporâneas de vida e de governo chinesas que se apresentam como uma mistura entre tradições antigas da China e a ideologia socialista.

Reformulação Disciplinar e Intercâmbio com o *Mainstream*

A evolução política e econômica da sociedade chinesa influenciou grandemente em como os intelectuais chineses refletem sobre o internacional, sejam estes acadêmicos ou pensadores ligados ao governo. Se o estabelecimento do Estado socialista foi um marco para o início do pensamento contemporâneo chinês sobre o internacional, sua mudança para uma economia orientada pelo mercado criou inflexões enormes no desenvolvimento desse pensamento, alterando as relações internas da sociedade chinesa e suas relações com o mundo ao seu redor.

A origem dessa alteração pode ser encontrada na Revolução Cultural, iniciada em 1966, que freou completamente o processo de ensino e pesquisa na área de RI na China (XINNING, 2001). Não obstante, foi um movimento de parada de quase toda a vida acadêmica na China pela grande agitação política e social ocorrida em todo o país. As dificuldades econômicas causadas pelas falhas em tentar colocar em prática na realidade chinesa o modelo soviético de desenvolvimento,⁹ sob a orientação de Mao,¹⁰ criaram dissidência entre alguns setores da política, dos militares, dos acadêmicos e da imprensa chinesa. A crítica desses setores foi tomada por Mao e seus seguidores como movimentos revisionistas e direitistas que deveriam ser perseguidos. Esta convulsão política e social terminou oficialmente em abril de 1969, mas várias formas de terrorismo continuaram até a morte de Mao, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em 1978 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Somente após o fim da Revolução Cultural o estudo de RI na China entrou em uma nova fase, na qual houve a restauração e a ampliação das instituições de RI e também o crescimento da produção de textos acadêmicos e periódicos. Esta nova fase de desenvolvimento da aca-

demia chinesa de RI foi criada com a decisão do Partido Comunista Chinês para reformar todo o sistema de ensino superior, na década de 1980, seguindo as políticas de Deng Xiaoping de abertura e reforma (XINNING, 2001). Essas políticas buscaram revitalizar as instituições econômicas e políticas do governo chinês em uma tentativa de trazer mais desenvolvimento e bem-estar à população chinesa e também para garantir o poder do partido governante, após um período tão turbulento e incerto da história chinesa (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Tentou-se, então, promover o aprimoramento científico da China através de incentivo governamental. Neste contexto, “em um discurso em 1979, Deng Xiaoping admitiu que a ciência política, o direito, a sociologia e a política mundial têm sido ignoradas nos últimos anos” (GEERAERTS; JING, 2001, p. 254). Dessa forma, na medida em que “o governo chinês se esforçou para fazer sua política ‘mais científica’” (ZHANG, 2007, p. 6), a CASS foi criada, no ano de 1977, como uma organização de pesquisa acadêmica para os campos das ciências sociais e da filosofia e também como um centro nacional de estudos.¹¹ Portanto, pode-se dizer que, juntamente com a política de reforma da economia socialista e a abertura da sociedade chinesa para o mundo, havia também a preocupação com a modernização do país através do desenvolvimento científico.

Além da reformulação dos institutos de pesquisa e de ensino de RI, este novo impulso acadêmico também contribuiu para a introdução de um curso obrigatório para todos os estudantes universitários na China chamado Política Mundial, Economia e Relações Internacionais Contemporâneos. No entanto, apesar de cerca de uma centena de livros terem sido publicados para os alunos deste novo curso, a maioria dessas publicações foram “copiadas umas das outras e não são consideradas como trabalhos teóricos pelos acadêmicos chineses em universidades e instituições importantes” (XINNING, 2001, p. 63).

Durante a década de 1980, foi criada a National Association of the History of International Relations, a primeira associação nacional acadêmica focada diretamente no campo de RI. Em 1999, a associação mudou seu nome para China National Association for International Studies (CNAIS), de modo que a mesma poderia trabalhar com uma gama mais ampla de temas relacionados com RI. Atualmente, a CNAIS inclui todas as grandes instituições de RI da China, contando com 68 instituições membros (QIN, 2007, p. 316). Além desta realização, durante o período de abertura de Deng, houve o surgimento e o aumento da importância de periódicos como *China International Studies*, *Europe* (agora *European Studies*), *American Studies Quarterly* e *Contemporary IR* (WANG, 2009, p. 105).

Nesse contexto de melhoria e desenvolvimento da produção acadêmica chinesa de RI, a política de abertura e reforma também proporcionou o encontro dos pensadores chineses com autores “ocidentais”. Durante esse período, a China se abriu ao mundo exterior, revertendo a “insistência de Mao na independência e representando um recuo da antiga noção da China como ‘centro do universo’, que, como o imperador Ch’ien-lung disse ao conde de Macartney, em 1973, ‘possui todas as coisas em abundância prolífica’” (KARNOW, 1979). Ou seja, a China não apenas se abriu para as relações econômicas e políticas com o mundo exterior, adotando novas formas de conduzir sua própria sociedade (isto é, as práticas do capitalismo), mas também se encontrou com a cultura “ocidental” e sua tradição intelectual.

Quando ocorreu o estabelecimento formal de relações diplomáticas da China com os Estados Unidos, em 1979, a comunidade acadêmica de RI e diversas fundações estadunidenses começaram a investir na promoção do estudo de RI na China. Este investimento foi direcionado para a promoção de cursos, seminários e palestras em estudos internacionais, metodologia e técnicas de pesquisa e programas de intercâmbio de acadêmicos entre a China e os EUA através de institutos,¹² fundações¹³ e programas de intercâmbio¹⁴ (ZHANG, 2000).

Neste contexto, “muitos estudantes e acadêmicos chineses fizeram intercâmbios acadêmicos e centenas de intelectuais ocidentais foram ensinar RI em universidades chinesas” (XINNING, 2001, p. 62).

Após muitos anos de isolamento, a comunidade acadêmica chinesa estava “ávida” pelo conhecimento produzido no “Ocidente” e por aqueles que eram proficientes na língua inglesa ou procuravam por aperfeiçoamento acadêmico nos EUA ou eram convidados para atuar como professores visitantes por lá. Dessa forma, “estes acadêmicos tiveram um papel de liderança, publicando traduções de materiais estadunidenses ou livros e artigos baseados em materiais de língua inglesa” (WANG, 2009, p. 106). No início deste movimento,

[...] os livros didáticos escritos por chineses neste período subscreviam à liderança do marxismo e do maoísmo na política internacional. A introdução de RI ocidental sempre foi deixada como último capítulo de livros ou como um suplemento. As edições publicadas nos anos 1990 continham algumas revisões marcantes. Apesar do marxismo ainda ter prioridade – algo que sempre foi mencionado no prefácio ou no primeiro capítulo –, não mais detinha tanta atenção (GEERAERTS; JING, 2001, p. 255).

Nesse sentido, a abertura da China levou à sua maior integração com o “mundo exterior”. Este movimento tomou o lugar do pensamento de Mao sobre a guerra e a revolução constantes como os principais temas de discussão na China, sendo substituídos pelo pensamento mais positivo de Deng sobre a ordem internacional (WANG, 2009; GEERAERTS; JING, 2001). Portanto, a ênfase anterior em imperialismo, movimentos de libertação nacional, solidariedade internacional e os princípios de coexistência pacífica foi substituída por temas de interdependência, cooperação internacional, estratégia diplomáti-

ca e elementos culturais na agenda de pesquisa de RI chinesas (GEERAERTS; JING, 2001).

No entanto, a partir desse encontro, a comunidade chinesa acadêmica passou a ter uma visão romântica dos pensadores “ocidentais”, usando seus conceitos e teorias “sem muita consideração por perspectivas e ideias chinesas” (WANG, 2009, p. 105). A influência das teorias “ocidentais”, especialmente as da academia estadunidense, tem ajudado a moldar o “caráter do estudo de RI chinês até o presente” (WANG, 2009, p. 105). Neste contexto, desde 1979, têm sido feitos esforços para traduzir a literatura “ocidental” em RI na China, na qual há o predomínio da literatura realista, que tem proeminência no discurso de RI na China. Assim como Qin (2007) afirma, antes do fim da Guerra Fria, a comunidade acadêmica chinesa estava “inclinando-se para o equívoco de que realismo era TRI” (QIN, 2007, p. 316-317).

Depois desse período, foram feitos esforços para introduzir novas traduções de diferentes abordagens teóricas na China – ainda dentro da produção acadêmica estadunidense, tais como o liberalismo e o construtivismo (QIN, 2007). Além disso, como Zhang (2007, p. 9) – parafraseando Wæver (1998) – argumenta, “os acadêmicos chineses, assim como seus homólogos em outras comunidades de RI, também ‘seguem os debates estadunidenses e ensinam teorias estadunidenses’”. No entanto, essa conjuntura levou alguns estudiosos chineses a procurar um pensamento independente, fora da influência “ocidental” e dentro da realidade e das tradições chinesas.

Após o discurso de Deng, que abordou a nova condução política e econômica do país, esses intelectuais começaram a almejar por produzir RI com *características chinesas*. Não obstante, a enorme quantidade de peso político que a expressão *características chinesas* carregava levantou suspeitas internas entre os estudiosos chineses “iluminados pelo Ocidente”, que pensavam se essa seria outra maneira

de continuar fazendo RI sob a ideologia marxista/socialista¹⁵ do Partido para dirigir a condução da política externa chinesa. (GEERAERTS; JING, 2001; XINNING, 2001). Mesmo que essa discussão esteja presente desde 1987, quando a primeira conferência sobre o assunto foi realizada em Xangai (GEERAERTS; JING, 2001), este debate será avaliado na próxima seção, que lida com a atual evolução do pensamento chinês de RI.

É importante ressaltar aqui que, durante esse período de abertura e reforma, mesmo que o marxismo tenha perdido influência entre a sociedade e os intelectuais chineses, a mesma continuou a ser a chave para a legitimidade do Partido, sendo “a justificação para o seu domínio incontestado em todas as esferas sociais” (DOMINGUES, 2010, p. 356). Portanto, a sociedade chinesa contava agora com três grandes influências culturais: o marxismo na vida política (que estendeu a sua autoridade em muitas rotinas diárias e práticas), o capitalismo (em muitas práticas e leis dentro da vida econômica) e tradições antigas chinesas, como o confucionismo e suas variações.

Reflexão e Autonomia

O fim da Guerra Fria foi outro ponto de inflexão no pensamento chinês, diminuindo o peso que a grande divisão do mundo entre capitalismo/socialismo colocava no ombro da China (GEERAERTS; JING, 2001; WANG, 2003). Nesse contexto, durante um breve período de isolamento do “Ocidente” devido a questões de Direitos Humanos,¹⁶ a China virou-se para seus vizinhos para o comércio e tornou-se menos dependente dos países “ocidentais”. Já no início da década de 1990, a China resolveu a maioria de seus problemas com o “Ocidente”, mas os laços regionais foram fortemente reforçados e as suas relações diplomáticas com os países da ex-URSS também foram normalizadas (GOODMAN, 1994; ROBERTS, 2006; FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

**Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo
sobre o Campo das Relações Internacionais...**

A “leveza” trazida pelo fim da bipolaridade deu mais liberdade para os pensadores chineses buscarem diferentes e inovadoras agendas de pesquisa e utilizar novas abordagens teóricas. Como Wang (2003, p. 6) afirma:

De um modo geral, um ar de otimismo cauteloso caracterizou este período de pensamento oficial e acadêmico sobre RI, apesar dos contratempos, como a crise financeira asiática, testes nucleares no sul da Ásia, as tendências pró-independências de Taiwan e o fortalecimento da aliança de segurança entre EUA-Japão. Os estudos de RI tornaram-se crescentemente consolidados, diversificados e pluralizados.

Após o período de reprodução do pensamento “ocidental”, houve a introdução de outras teorias de RI na China, como a Escola Inglesa,¹⁷ a Escola de Copenhague, a Teoria da Dependência e os estudos australianos de RI. Assim, teria ocorrido uma mudança na produção acadêmica chinesa a partir da qual esta teria passado de um período de aprendizagem e cópia – durante a década de 1980 – a um de resposta ao estímulo proveniente do mundo exterior – na década de 1990. Neste momento, a comunidade acadêmica chinesa continuou a utilizar teorias “ocidentais” na China; no entanto, começou-se a ter uma interpretação mais crítica em relação às mesmas. “Reflexões críticas sobre as teorias existentes emergiram como o formato-chave para o trabalho em RI na China, com menor ênfase dada à aplicação ou desenvolvimento teórico” (WANG, 2009, p. 107).

Juntamente com as traduções dessas novas abordagens teóricas, também houve um *boom* de publicações que não somente introduziam as teorias do exterior, mas também faziam críticas e revisões acerca das mesmas.

De fato, no final dos anos 1980, a comunidade chinesa de RI começou a entender que teoria

Alexandre César Cunha Leite e Jéssica Cristina Resende Máximo

não são somente diretrizes para formulação política, mas também perspectivas com as quais se observa o mundo de RI, hipóteses com que se testam abstrações do mundo de RI, e generalizações através das quais se entende o mundo de RI (QIN, 2007, p. 319).

Nesse sentido, o encontro da China com o “resto do ‘Ocidente’” trouxe novas perspectivas para seus pensadores e sua academia no que se refere a teorias de RI e também à produção de conhecimento científico. A perspectiva chinesa sobre a teorização em RI foi ampliada e surgiu mais espaço para a abstração e produção teórica.

Esse encontro ocorreu junto com o movimento da China de integrar-se ainda mais no jogo político e econômico internacional. Desde meados da década de 1990, a China vem se tornando mais e mais integrada com o sistema internacional, tanto política quanto economicamente. A China tem apostado em abordagens bilaterais e multilaterais para tratar de questões de segurança, economia e desenvolvimento em organizações e fóruns intergovernamentais e não governamentais. Seguindo esse movimento, sua política externa tornou-se mais institucionalizada e mais eficiente na consecução dos objetivos do país (MEDEIROS; FRAVEL, 2003). Em muitas declarações oficiais, essas mudanças foram atribuídas à nova visão de mundo do país e à nova compreensão de seu lugar e das suas responsabilidades dentro da ordem internacional.¹⁸ A China já chamou a atenção para seu caminho de desenvolvimento pacífico¹⁹ e seu papel na manutenção da paz e na estabilidade mundiais com base na sua história de relações regionais e tradições teóricas.

Portanto, na medida em que a China se tornou mais envolvida e integrada com o mundo globalizado – participando da sociedade internacional e tendo um papel mais importante nos assuntos mundiais –, o interesse no estudo de RI cresceu grandemente no país.

Entrando na década de 2000, os “interesses chineses em RI são guiados por questões que uma China globalizada enfrenta”, e esses interesses estariam em sincronia com os de outras academias de RI (WANG, 2009, p. 107). Dessa forma, Wang (2009) apresenta as tradições teóricas e temas que estão sendo abordados pela academia chinesa:

Os acadêmicos chineses aplicam e avaliam inúmeras tradições teóricas, incluindo realismo estrutural, liberalismo institucionalista, construtivismo, feminismo e pós-modernismo. Eles abordam uma ampla gama de temas associados com estudos de segurança, economia política internacional, diplomacia (política externa), tomada de decisão, cultura e identidade, meio ambiente, direito/organizações/governança internacional, nacionalismo e religião em RI (WANG, 2009, p. 107).

Atualmente, a academia chinesa de RI tem se destacado por seus grandes números. “A China pode, hoje, vangloriar-se por ter uma das maiores comunidades epistêmicas de RI no mundo em termos de números de estudantes, faculdades, centros de pesquisa, analistas e praticantes políticos” (ZHANG, 2002, p. 101). Dados estatísticos da CNAIS, em 2006, demonstram a atual amplitude da comunidade acadêmica de RI na China: “dentre as universidades chinesas e os institutos de pesquisa, há 36 escolas de RI nas universidades, 54 programas de bacharelado ou mestrado, e 29 programas de doutorado em RI” (QIN, 2007, p. 315).

Em um ensaio de revisão, Zhang (2002) analisa três obras recentes da comunidade acadêmica de RI chinesa que ele considera emblemáticas das principais tendências teóricas na China de hoje. Sua conclusão é que os estudiosos chineses de RI ainda estão incertos sobre “o que TRI implica e como perseguir sua própria busca por entendimentos teóricos sobre política mundial” (ZHANG, 2002, p. 107). Dessa

forma, o autor, juntamente com outros estudiosos chineses, tais como Qin (2007), indica que a pesquisa chinesa de RI ainda é primária e tem de se aprofundar em investigações teóricas.

Contudo, como introduzido na seção anterior, vem acontecendo um grande debate entre os estudiosos chineses sobre construir ou não uma escola chinesa de RI. Os estudiosos chineses estão buscando as razões pelas quais não há uma escola chinesa de RI, envolvendo-se em debates histórico-culturais e metateóricos (GEERAERTS; JING, 2001; XINNING, 2001; QIN, 2007; WANG, 2009; REN, 2008). Este debate pode ser resumido como um que

[...] tem focado em temas que abrangem se teoria é sempre universal ou pode ser enraizada na história ou memória coletiva de um povo, se uma escola chinesa ou TRI com características chinesas seriam capazes de emergir e evoluir, e se o método positivista deveria ser o método de pesquisa em RI. Mais recentemente, discussões profundas sobre a visão de mundo chinesa têm sido conduzidas (QIN, 2007, p. 321).

Dentro desse debate, quatro posições principais podem ser identificadas. A primeira seria daqueles que acreditam que a tradição marxista/socialista deva ser o princípio orientador de uma abordagem chinesa para RI.²⁰ A segunda posição é a de estudiosos que tomam o conceito “ocidental” de teoria universal e renegam todo tipo de tentativa de construir uma escola chinesa de RI ou RI com *características chinesas*.²¹ A terceira posição seria a de estudiosos tentando reavaliar o pensamento chinês tradicional (Confúcio, Mêncio e a história antiga chinesa, como o período dos Estados Guerreiros e o Sistema Tianxia) na busca de semelhanças e diferenças entre o pensamento filosófico de chineses e “ocidentais” e na procura do impacto das tradições chinesas no comportamento da China e no seu pensamento (XINNING, 2001; GEERAERTS; JING, 2001). A última diz respeito à posição atual da China na escala global de desenvolvimento e sua

cota de poder no mundo, defendendo que o seu estatuto de grande potência também lhe dá o direito de sistematizar a sua compreensão da política mundial, como outras grandes potências fizeram (GEERAERTS; JING, 2001).

As publicações chinesas em torno da busca por inovação teórica no campo de RI têm se concentrado em três categorias: 1) princípios básicos de relações entre Estados (desenvolvidos a partir da análise da formação e interação de estados na história da China entre os períodos de “Primavera e Outono” – 770 a 476 a.C. – e “Estados Guerreiros” – 475-221 a.C.); 2) ideias relacionadas à estrutura do sistema internacional; e 3) conceitos visionários de política global (ambas categorias são embasadas em teorias normativas de política mundial aferidas a partir da análise de pensadores tradicionais chineses dentro do contexto do sistema de Tianxia, prevalente no contexto chinês até a primeira Guerra do Ópio) (NOESSELT, 2012). A academia chinesa de RI, nesse sentido, argumenta que a visão dos estudiosos chineses (não europeus e não ocidentais) pode ser uma grande contribuição para transformar RI em uma disciplina mais internacional e que compreende o internacional de uma forma mais ampla (ZHANG, 2002).

Embora não haja uma escola chinesa de RI ou ainda não haja uma teorização sistemática no campo, os acadêmicos chineses argumentam que há um discurso teórico frutífero acerca de RI na China. Este discurso “reflete, em algum sentido, o pensamento diplomático chinês, e implícita ou explicitamente afeta a formulação de sua política externa” (REN, 2010, p. 100). Neste discurso, pode-se observar que os pontos de vista chineses sobre a ordem internacional e sobre as oportunidades para o engajamento ou desengajamento com o sistema internacional mudaram ao longo dos anos devido a várias razões, “algumas vezes porque a liderança mudou, outras vezes devido a uma alteração no ambiente internacional, e algumas vezes ainda porque o pensamento dos líderes mudou em relação ao ambiente internacio-

nal, mesmo que o mesmo não tenha mudado muito” (REN, 2010, p. 115).

Apesar do financiamento governamental para as universidades chinesas ter aumentado nos últimos anos, sua proporção entre a arrecadação de fundos das universidades decresceu em quase 50% entre 1996 e 2005. Esta diversificação na arrecadação de recursos junto às recentes reformas no sistema universitário (que permitiram que as universidades escolhessem os critérios de contratação e de remuneração dos professores) diminuiu a dependência das universidades em relação ao governo. Não obstante, a influência governamental ainda persiste, uma vez que cada universidade chinesa está sob a supervisão de um secretário do Partido que pode penalizar os professores que se afastam demais das diretrizes do Partido (KRISTENSEN; NIELSEN, 2013).

O governo chinês dá indicações de que abraçou o projeto de construção de uma Escola Chinesa de RI. Em 2009, Qiu Yuanping – vice-diretor do Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista Chinês – declarou que, “como uma potência emergente, é inaceitável que a China não tenha sua própria teoria” (apud CHOU, 2011). Todavia, o trabalho dos intelectuais que procuram escavar o pensamento e a história tradicional da China não está em completo acordo com o discurso e as ações do Estado chinês. Ao analisar a atuação internacional da China atual – tendo como base seu trabalho sobre o pensamento político tradicional chinês –, Yan (2011) considera que a ênfase em conseguir poder material, que o país tem tido desde o período da reforma, pode trazer duras consequências para a China: perda de alianças e conquistas no cenário internacional. Somente com uma *governança humana*,²² baseada em preceitos morais (incluindo, nesse sentido, um sistema democrático de governo), a China poderia ser considerada uma autoridade global legítima (YAN, 2011 apud CHOU, 2011).

Motivado pela percepção da discrepância entre o discurso e as práticas chinesas,²³ Buzan (2010) sublinhou que os estudiosos e os líderes chineses têm ainda um longo caminho a percorrer para esclarecer o entendimento chinês de seu lugar no mundo e como os mesmos veem a ordem internacional. Portanto, o autor argumenta que, apesar de a China ter reivindicado o seu caminho pacífico para o desenvolvimento e sua integração harmoniosa com a sociedade internacional, seu discurso não está claro para o resto do mundo, e que elucidar esta questão “[deveria] ser prioridade para aqueles que procuram desenvolver uma ‘Escola Chinesa de RI’” (BUZAN, 2010, p. 29). Todavia, apesar de alguns intelectuais chineses se proporem a explicar o comportamento político de seu Estado, nem todos procuram elucidar as ações governamentais através de uma teoria nativa de RI – como demonstrado pelo trabalho de Yan (2011).

Considerações Finais

O estabelecimento do Estado socialista mudou a vida dos chineses de muitas maneiras, mas as antigas tradições permaneceram (fato que deu ao Partido a sua legitimidade necessária para governar o povo chinês). E o pensamento acadêmico, naquele momento, foi construído para aperfeiçoar as formas com que os chineses procuravam orientar suas vidas nesse novo Estado, como um novo começo. Portanto, devido ao pensamento ideológico oposto da China para com os EUA durante a Guerra Fria, a academia chinesa, no início da institucionalização da disciplina de RI, tentou ficar o mais longe possível do pensamento “ocidental”. No entanto, após o término da Revolução Cultural e quando o país passou pelo período de abertura e reforma, os estudiosos chineses sentiram que tinham a necessidade de *alcançar* os avanços científicos do “Ocidente”; e o pensamento “ocidental” tornou-se mais e mais disseminado e, por consequência, mas utilizado em estudos de RI na China através da tradução de autores con-

sagrados no campo e do intercâmbio de estudantes e professores universitários de outros Estados.

Na medida em que a China passou a interagir, cada vez mais, com o internacional e a enfrentar os problemas que um mundo globalizado implicitamente carregava, os estudiosos chineses começaram a perceber que o chamado pensamento “ocidental” não poderia responder às perguntas que a China fazia ou que eles não poderiam interpretar os movimentos da China internacionalmente de forma precisa. As singularidades relativas à cultura, à história e ao modo de fazer política chinesa eram de relevância demasiada no *modus operandi* chinês. Consequentemente, a comunidade acadêmica de RI da China iniciou um movimento mais autônomo na aplicação de teorias “ocidentais”, bem como na teorização em si. Com isso, não só as relações diplomáticas chinesas foram avaliadas por autores chineses, mas também muitos outros temas dentro de RI, com destaque para a procura de narrativas alternativas em RI embasadas pelo pensamento político tradicional chinês.

Notas

1. Procura-se, neste artigo, não incorrer em uma visão dualística entre Ocidente e não Ocidente. O uso do termo “Ocidente” chama a atenção para a utilização de uma visão histórica paroquial, que nega a (possibilidade de) contribuição do “não Ocidente” para com a própria formação do chamado “mundo moderno” (HOBSON, 2004), mas não tenta caracterizar toda a produção no campo de RI dos países considerados ocidentais (EUA e Europa Ocidental) – tem-se em mente o trabalho de autores pós-coloniais, feministas e pós-modernos que tentam dar voz a “outras histórias”.

2. O modelo proposto por Wæver (1998) engloba três camadas de análise: sociedade e política; ciências sociais; e atividades intelectuais em RI. A primeira camada aborda o estudo das instituições políticas, de política externa e ideologia política do caso em questão, abrindo espaço para análise da história política,

**Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo
sobre o Campo das Relações Internacionais...**

da estrutura política, de *think tanks* e da diplomacia na construção do pensamento sobre o internacional. A segunda camada abrange o estudo de tradições culturais, intelectuais e teóricas e também da evolução e estado atual das ciências sociais e da disciplina de RI, assim auxiliando na compreensão das reflexões da sociedade e da academia sobre o assunto. Todavia, este trabalho procura incluir outra camada de análise no modelo de Wæver (1998) que trate especificamente de assuntos relacionados à economia: história econômica, pensamento econômico e condução econômica.

3. Aqui considerado como as teorias tradicionais do campo quando deste encontro, a síntese racionalista neo-neo. Assim como Bilgin (2010) observa, a pesquisa TRIP – TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries (MALINIAK et al., 2012) já coloca que nem mesmo nos Estados Unidos a síntese neo-neo tem ganhado destaque entre os autores do campo e atualmente não se revela como *mainstream* nas RIs.

4. Esta e as demais citações de originais em língua estrangeira foram livremente traduzidas para este artigo.

5. De acordo com Bondiguel e Kellner (2010), existem cinco tipos de *think tanks* na China: *think tanks* do governo (China Institute of Contemporary International Relations [CICIR], China Institute of International Studies [CIIS]), *think tanks* acadêmicos especializados (a Chinese Academy of Social Sciences [CASS] e os muitos institutos de pesquisa sob sua supervisão), *think tanks* afiliados a universidades, institutos públicos semioficiais (o China Centre for Information Industry Development [CCID], estabelecido pelo Ministério da Informação em 2000, e o China Development Institute [CDI]) e *think tanks* civis (Unirule Institute of Economics, Friends of the Nature, China Think Tank).

6. O CIIS é o antigo Instituto de Relações Internacionais, montado em 1956. Foi fechado durante a Revolução Cultural e aberto em 1973 com este novo nome.

7. Assim como faziam outros intelectuais de diferentes lugares e épocas. Como Kautilya, na Índia, e Maquiavel, na Itália. Parece também pertinente acrescentar que, assim como Hoffmann (1977) apresenta, a academia estadunidense agia de maneira similar durante a Guerra Fria.

8. Este conceito se relacionaria com a ideia de uma ciência universal, desprovida de interesses normativos. Novamente, cabe ressaltar que nem todos os autores “ocidentais” se utilizam deste conceito, isto pode ser argumentado tanto atualmente, com o interesse acadêmico em teorias normativas, quanto na própria tradição intelectual “ocidental”, exemplificada por Maquiavel.

- 9.** Este modelo consistia em estabelecer uma economia planificada, coletivizar a agricultura e dar ênfase à indústria pesada (WU, 2005).
- 10.** O plano do “Grande Salto para a Frente” de Mao, dos anos 1950, acabou sendo um desastre e não conseguiu superar a baixa produção agrícola chinesa nem o seu fraco desenvolvimento industrial (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).
- 11.** O Bureau of International Cooperation, Hongkong, Maco and Taiwan Academic Affairs Office, Chinese Academy of Social Sciences, desenvolvido pela CASS, 2003, apresenta informações sobre a CASS. Disponível em: <http://bic.cass.cn/english/infoShow/Arcitle_Show_Cass.asp?BigClassID=1&Title=CASS>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- 12.** O autor nomeia como exemplo o Committee on IR Studies with the People’s Republic of China (CIRSPRC) (ZHANG, 2000), conhecido agora com o nome de Program for International Studies in Asia (PISA). Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~pisa/index.cfm>>. Acesso em: 31 ago. 2011.
- 13.** National Science Foundation, Ford Foundation, Asia Foundation, Luce Foundation e MacArthur Foundation (ZHANG, 2000).
- 14.** Assim como a Fulbright Commission (ZHANG, 2000).
- 15.** É interessante notar que o marxismo é também uma tradição intelectual “ocidental”, mas, neste contexto, o Ocidente passa a ser representado por uma tradição de *statecraft* realista ou liberal democrata.
- 16.** Sendo que o episódio mais conhecido são as manifestações da Tiananman Square, em 1989.
- 17.** A introdução da Escola Inglesa, ou RI com características inglesas, como os acadêmicos chineses a nomearam quando de seu o encontro inicial com a Escola Inglesa, no final da década de 1980 e durante os anos 1990, é detalhado por Zhang (2000). O autor expressa que a Escola Inglesa representou um ponto de inflexão na academia chinesa, uma vez que a mesma apresentou para os chineses que havia maneiras de produzir conhecimentos em RI diferentes dos que eram produzidos pela academia estadunidense.
- 18.** Ver, por exemplo, o *China’s National Defense in 1998* (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 1998), que argumenta que “os fatos mostram que a China é uma potência responsável e uma força firme que salvaguarda a paz e a estabilidade mundial”.
- 19.** Ver República Popular da China (2005).
- 20.** Entre esses acadêmicos, estariam aqueles que seguem a ênfase política do Partido de que o marxismo deveria ser o princípio norteador na construção teó-

**Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo
sobre o Campo das Relações Internacionais...**

rica de RI, uma vez que a Constituição chinesa estipula que o marxismo deve ser a referência para ação em todas as esferas sociais na China (GEERAERTS; JING, 2001).

21. Geeraerts e Jing (2001) argumentam que acadêmicos mais novos, que estudaram em universidades ocidentais (especialmente nos EUA), são mais receptivos a esta posição, enquanto estudiosos mais velhos se aproximam mais da primeira.

22. Para o autor, uma ordem global equilibrada deve possuir, simultaneamente, uma autoridade hegemônica (material) e humana (ideacional).

23. A partir de uma análise de orientação da Escola Inglesa de RI, Buzan (2010) ressalta a posição ambígua que a China tem demonstrado em seu relacionamento com o resto do mundo, tendo concordado com algumas das instituições da sociedade internacional atual – assim como tendo se engajado na ordem econômica liberal –, mas não todas, como pode ser percebido na manutenção de um Estado não democrático e autoritário.

Referências Bibliográficas

ALKER, H.; BIERSTEKER, T. The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International Savoir Faire. **International Studies Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 121-142, 1984.

BILGIN, Pinar. Looking for “the International” beyond the West. **Third World Quarterly**, v. 31, n. 5, p. 817-828, 2010.

BLANEY, D.; TICKNER, A. (Ed.). **Thinking International Relations Differently**. Londres: Routledge, 2012.

BONDIGUEL, Thomas; KELLNER, Thierry. The Impact of China’s Foreign Policy Think Tanks. **Asia Paper**, v. 5, n. 5, 2010.

BUZAN, Barry; ACHARYA, Amitav. Why is there no non-Western International Relations Theory? An Introduction. In: BUZAN, B.; ACHARYA, A. (Ed.). **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, p. 287-312, 2007.

_____. China in International Society: Is Peaceful Rise Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 1, 2010.

CHOU, Mark. Theorising China's International Relations. **Australian Review of Public Affairs**, set. 2011. Disponível em: <<http://www.australianreview.net/digest/2011/09/chou.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CRAWFORD, Robert M. A.; JARVIS, Darryl S. L. (Ed.). **International Relations – Still an American Social Science? Toward Diversity in International Thought**. Nova Iorque: SUNY Press, 2001.

DOMINGUES, José M. O confucionismo e a China hoje. **Análise Social**, v. 65, n. 195, 2010.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. 3. ed. Trad. Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

GEERAERTS, Gustaaf; JING, Men. International Relations Theory in China. **Global Society**, v. 15, n. 3, 2001.

GOODMAN, David S. G. **Deng Xiaoping and the Chinese Revolution: A Political Biography**. Londres: Routledge, 1994.

HOBSON, John. **The Eastern Origins of Western Civilization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977.

HOLSTI, Kalevi J. **The Dividing Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory**. Londres: Allen & Unwin, 1985.

KARNOW, Stanley. East Asia in 1978: The Great Transformation. **Foreign Affairs**, v. 57, n. 3, p. 589-612, 1979.

KRIPPENDORF, Ekkehart. The Dominance of American Approaches in International Relations. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 16, n. 2, p. 207-214, 1987.

KRISTENSEN, Peter; NIELSEN, Ras. Constructing a Chinese International Relations Theory: A Sociological Approach to Intellectual Innovation. **International Political Sociology**, v. 7, n. 1, p. 19-40, 2013.

**Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo
sobre o Campo das Relações Internacionais...**

MALINIAK, Daniel; PETERSON, Susan; TIERNEY, Michael J. **TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries**. Virginia: The College of William and Mary Williamsburg, 2012.

MEDEIROS, Evan; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 100, p. 33-35, nov./dez. 2003.

NOESSELT, Nele. Is There a "Chinese School" of IR? **Working Papers**. GIGA Research Programme: Power, Norms and Governance in International Relations, n. 188, mar. 2012. Disponível em: <http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp188_noesselt.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

QIN, Yaqing. Why there is no Chinese International Relations Theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, p. 313-340, 2007.

REN, Xiao. Toward a Chinese School of IR? Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston, Massachusetts, 28 ago. 2008.

_____. The International Relations Theoretical Discourse in China: One World, Different Explanations. **Journal of Chinese Political Science**, v. 15, n. 1, p. 99-116, 2010.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **China's National Defense in 1998**. Beijing: State Council Information Office, 1998.

_____. **China's Peaceful Development Road**. Beijing: State Council Information Office, 2005.

ROBERTS, J. A. G. **A History of China**. 2. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

SMITH, Steve. The Discipline of International Relations: Still an American Social Science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, p. 374-402, out. 2000.

_____. The United States and the Discipline of International Relations: "Hegemonic Country, Hegemonic Discipline". **International Studies Review**, v. 4, n. 2, International Relations and the New Inequality, p. 67-85, 2002.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

_____; TICKNER, Arlene B. Introduction: Geocultural Epistemologies. In: _____. (Ed.). **International Relations Scholarship around the World**. Londres: Routledge, 2009. p. 1-31.

WANG, Jisi. International Relations Studies in China Today: Achievements, Trends and Conditions. In: **International Relations Studies in China: A Review of Ford Foundation Past Grantmaking and Future Choices**. Beijing: Ford Foundation China Representative Office, 2003.

WANG, Yiwei. China: Between Copying and Constructing. In: WÆVER, O.; TICKNER, A. B. (Ed.). **International Relations Scholarship around the World**. Londres: Routledge, 2009. p. 103-119.

WU, Jinglian. **Chinese Economic Reform: Understanding and Interpreting**. Cingapura: Thomson Learning, 2005.

XINNING, Song. Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. **Journal of Contemporary China**, v. 10, n. 26, p. 61-74, 2001.

YAN, Xueting. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Trad. Edmund Ryden. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ZHANG, Yongjin. The English School in China: A Story of How Ideas Travel and are Transplanted. **Working Papers**. Canberra: Dept. of International Relations, Australian National University, 2000.

_____. International Relations Theory in China Today: The State of the Field. **The China Journal**, n. 47, p. 101-108, jan. 2002.

_____. Politics, Culture and Responsible (IR) Scholarship in China – Towards a Culturally Sensitive Analytical Approach. Trabalho apresentado na 2007 International Studies Association Annual Convention, Chicago, 2007.

Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais...

Resumo

Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais na China

Este trabalho procura apresentar o desenvolvimento recente do campo de Relações Internacionais na China, através de uma revisão bibliográfica crítica de obras sobre o desenvolvimento dos estudos de RI na China e de obras chinesas acerca das relações internacionais. Dessa forma, busca-se delinear a história da evolução do campo por meio da análise do contexto intelectual, social, econômico e político no qual o mesmo se desenvolveu. Não obstante, são abordados os principais temas de pesquisa e orientações teóricas chinesas, assim como contribuições nativas próprias para a teorização no campo.

Palavras-chave: Relações Internacionais – Teoria de Relações Internacionais – China – Escola Chinesa de Relações Internacionais

Abstract

Through the Eyes of the Dragon: A Study on the Field of International Relations in China

This article seeks to present the recent development of the field of International Relations in China, through a critical literature review of works on the development of IR studies in China and Chinese works on international relations. Thus, it seeks to outline the history of the evolution of the field by analyzing the intellectual, social, economic and political context in which it has developed. Nevertheless, the article discusses the main research themes and theoretical orientations in China today, as well as indigenous contributions to theorizing in the field.

Keywords: International Relations – International Relations Theory – China – Chinese School of International Relations